

Único condenado no sistema prisional no núcleo crucial da trama golpista

O ex-ministro da Justiça e Segurança Pública e ex-secretário de Segurança do DF Anderson Torres vai cumprir pena no 19º Batalhão da Polícia Militar, localizado no Complexo Penitenciário da Papuda, conhecido como Papudinha. Mesmo local onde esteve preso preventivamente após a ocupação e depredação dos prédios da Praça dos Três Poderes. É o único dos integrantes do núcleo 1 da trama golpista designado ao sistema prisional comum. Está na pior situação. Aos 49 anos, ele chega à Papudinha para uma pena de 24 anos de prisão em regime inicialmente fechado — considerada “duríssima” pela defesa. Delegado da Polícia Federal, ele vai perder o cargo ao qual chegou por concurso público em 2003 e, em decorrência da pena pela participação na tentativa de golpe, ainda terá de pagar aos cofres públicos 100 dias-multa (sendo cada dia-multa no valor de um salário mínimo à época dos fatos). Considerando a correção monetária, o valor pode chegar a R\$ 300 mil.

Ed Alves/CB/DA.Press



Indicado por Bolsonaro

Anderson Torres chegou ao cargo de secretário de Segurança do DF em 2019, por indicação do então recém-eleito presidente Jair Bolsonaro. Consultado por Ibaneis Rocha, que acabara de se eleger, Bolsonaro indicou o delegado da Polícia Federal que havia trabalhado como chefe de gabinete do deputado federal, à época, Fernando Francischini. Em 2021, Francischini perdeu o mandato, cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por disseminar fake news.

Função estratégica

Amigo dos filhos de Bolsonaro, Anderson Torres chegou ao Ministério da Justiça quando Sergio Moro desembarcou do governo. Assumiu uma função estratégica ao lado do então presidente, o acompanhando em várias viagens e compromissos no país. Quando o governo Bolsonaro acabou e Ibaneis se reelegeu, Anderson voltou à Secretaria de Segurança do DF a convite do governador. Em seguida, veio o 8 de janeiro de 2023. Ele foi alvo de busca e apreensão das investigações e, na casa dele, a Polícia Federal encontrou a chamada “minuta do golpe”.

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Ed Alves/CB/DA.Press



Volta da história

O deputado federal Rogério Correia (PT-MG) conta que o general Augusto Heleno, em 1977, estava entre os militares que o prenderam ao lado de outros 850 estudantes, durante um encontro pacífico da UNE. A história deu voltas e agora o parlamentar vê o militar ser preso por tentativa de golpe de Estado, para cumprir pena de 21 anos de prisão, no Comando Militar do Planalto. “O que vemos hoje é histórico: generais sendo presos pela primeira vez! A justiça, enfim, chega”, afirmou o deputado pelas redes sociais.

Ed Alves/CB



Prova fundamental

A auditoria do Banco Central determinada pelo juiz Ricardo Augusto Soares Leite, da 10ª Vara da Justiça Federal de Brasília, nas operações realizadas pelo BRB com o Banco Master, será um dos elementos mais importantes para a formação da convicção sobre a regularidade dessas transações. Leite deu um prazo de 20 dias para a conclusão da avaliação sobre a compra de ativos de 2025 e 60 dias para as operações realizadas em 2024.

Contra delação

O advogado Cleber Lopes, que representa o ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa nas investigações da Operação Compliance Zero, conta que apenas uma de suas clientes fez delação premiada. E ele, que já representou muitos réus envolvidos em escândalos, acha que não valeu a pena.

“Com direito ao devido processo legal e à ampla defesa, conforme garantido pela nossa Constituição, o ex-presidente Jair Bolsonaro foi condenado e agora cumprirá pena em regime fechado. Essa decisão marca um ponto de inflexão na história do Brasil: reforça que ninguém está acima da lei e que a defesa da democracia é inegociável”

Senador Fabiano Contarato (PT-ES)

“Podem ter certeza de uma coisa: Jair Bolsonaro é um vencedor e um sobrevivente. É o líder político mais importante da história do Brasil e vai sair dessa mais forte do que nunca. A missão de Bolsonaro ainda está longe do fim. Anistia já”

Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ)



SÓ PAPOS



Gerardo Marela/Agência Senado



Saulo Cruz/Agência Senado

Premiado em Madri

O empresário Paulo Octávio foi condecorado com a medalha da Ordem Jurídica e Social, durante o IV Congresso de Direito da Empresa, realizado pelo Instituto Brasileiro de Direito Empresarial (IBDE) na tradicional Escuela de Práctica Jurídica da Universidade Complutense de Madri. Além dele, foram laureados os ministros Raul Araújo, Reynaldo Soares da Fonseca, Rogério Schietti e Theodoro Silva Santos, do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Arquivo pessoal



»Entrevista | CLEBER LOPES | ADVOGADO CRIMINALISTA

Ao CB. Poder, responsável pela defesa do ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa, investigado por operação com títulos podres do Banco Master, defendeu que a compra foi feita dentro das regras e que o Banco Central tinha ciência

"Delação está fora de propósito"

» MANUELA SÁ*

O desenrolar da Operação Compliance Zero foi o tema discutido, ontem, no programa CB.Poder — parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília. As jornalistas Ana Maria Campos e Sibe Negromonte, Cleber Lopes, advogado que assumiu a defesa do ex-presidente do Banco de Brasília (BRB) Paulo Henrique Costa, falou sobre a linha que vai adotar e explicou como se deu a compra de ativos do Banco Master.

Segundo as autoridades que investigam o caso, a compra de títulos do Master pelo BRB representa um prejuízo de R\$ 12,2 bilhões. Qual vai ser a principal linha da defesa?

O sistema financeiro, de um modo geral, é um sistema complexo, com inúmeras regras, amarras e mecanismos de controle. É preciso ter em mente que ele funciona sob a batuta do Banco Central, que tem um corpo técnico altamente qualificado. Não é razoável imaginar que um presidente de banco tem autonomia para tomar decisões dessa natureza. ‘Vou comprar

Bruna Gaston CB/DA Press



R\$ 12 bilhões de carteiras de um banco e vou fazer isso assim como quem faz um Pix para comprar um fast food na rua.’ Não. Essa decisão passa pelo conselho. Essa compra de ativos é fruto de um planejamento estratégico do banco, que vem desde 2021. Então, não foi uma escolha casuística. Muitas pessoas perguntam por que comprar do Banco Master, que estava passando por dificuldade. Isso é mercado. Quem está em dificuldade vende ativos. Nós, na nossa vida privada, quando estamos em crise financeira, vendemos um carro mais novo,

comparamos um carro mais velho, para fazer liquidez, para fazer caixa. O Banco Master estava nessa situação. O Banco Central, ciente disso, é imediatamente avisado. Não é nada que se faça às escondidas.

Segundo o Ministério Público, o BRB, por ser um banco público, tem como principal acionista o Governo do Distrito Federal. Caso aconteça alguma coisa com a liquidez do BRB, é o GDF que arca com as consequências?

O Governo do Distrito Federal pode fazer gestão, fazer aumento

de capital para melhorar a liquidez do banco. Mas o fato é que, hoje, não há uma crise de liquidez. No primeiro momento, vários falaram em um rombo de R\$ 12 bilhões. Segundo o banco, R\$ 10 bilhões já foram abatidos e R\$ 2 bilhões ainda não foram liquidados. Se precisar executar esses R\$ 2 bilhões, há garantia.

Muita gente especula que poderia haver uma delação premiada por parte de Paulo Henrique Costa. Sabemos que essas estratégias de defesa são

sigilosas, mas existe alguma chance disso acontecer?

O Paulo Henrique tem sido, desde o primeiro momento, muito firme em me dizer, ‘Cleber, eu não fiz nada de errado. O BRB começou a comprar carteiras do Master dentro de um fluxo de planejamento estratégico, começou a comprar carteira em 2024. As carteiras foram absolutamente rentáveis. Lembrem-se de que essas carteiras do Banco Master já geraram ao BRB 5,6 bilhões de lucro. Então, eu não tinha motivo nenhum para não continuar comprando’. E quando houve a primeira detecção de inconsistência documental, — o que não significa, em hipótese alguma, que a carteira fosse inexistente —, a inconsistência documental pode ser a falta de uma assinatura, pode ser a falta de um relatório.

Foi ele que detectou?

O banco, não ele propriamente, mas o sistema.

A auditoria do banco...

O sistema de controle do banco, as diretorias responsáveis pelo processamento dessas carteiras, trabalham permanentemente

verificando isso, checando. Então, o Paulo foi o primeiro a comunicar ao Banco Central. O Paulo vai ao Banco Central e aí entra em campo pessoalmente para resolver. A delação está absolutamente fora de propósito. Como eu disse na imprensa que ele tinha interesse em colaborar com a investigação, alguns jornalistas me telefonaram e disseram, ‘doutor, o senhor disse que o senhor Paulo Henrique vai fazer colaboração’. Não foi isso que eu disse. Eu disse que ele vai colaborar com a investigação na perspectiva de contribuir, como fez ontem (segunda-feira). Entregou o telefone com a senha, o computador com a senha, entregou os passaportes, o pessoal e o oficial. E nós pedimos à delegada que priorizasse a oitiva dele.

***Estagiária sob a supervisão de Malcia Afonso**



Aponte a câmera do celular para assistir à entrevista